



## CRISE E QUESTÃO SOCIAL: REBATIMENTOS PARA INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS, JUVENTUDES E ENVELHECIMENTOS

Crisis and the social question: its effects on infants, adolescents, the youth and the aged

Grupo Temático de Pesquisa da Abepss Serviço Social, Geração e Classes Sociais

**Giovane Antonio Scherer\***

 <https://orcid.org/0000-0003-3847-7202>

**Hingridy Fassarella Caliaro\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-6387-2661>

**Juliana Batistuta Vale\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0001-5791-9999>

**Márcia Campos Eurico\*\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0003-3450-8593>

**Nanci Soares\*\*\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-9528-4231>

**Solange Teixeira\*\*\*\*\***

 <https://orcid.org/0000.0002-8570-5311>

---

\* Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (UFRGS, Porto Alegre). Rua Ramiro Barcelos, nº 2600, Campus Saúde, Porto Alegre, CEP.: 90035003. E-mail: giovaneantonioscherer@gmail.com.

\*\* Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana. Membro da Gestão do CRESS 17º Região. (CRESS-17 º Região, Vitória, Brasil). R. Pedro Palácios, nº 60, Centro, Vitória (ES), CEP.: 29015-160. E-mail: hingridyfassarella@gmail.com.


\*\*\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância em convenio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (CIESPI/PUC Rio, Rio de Janeiro, Brasil). Estrada da Gávea, nº 50, Gávea, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 22451-263. E-mail: jmtbvale@gmail.com.

\*\*\*\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da graduação e do PPG em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo. (UNIFESP, Santos, Brasil). Rua Silva Jardim, nº 136, Santos (SP), CEP.: 11015-020. E-mail: marcia.eurico@unifesp.br

\*\*\*\*\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual de São Paulo. (UNESP, Franca, Brasil). Avenida Eufrásia Monteiro Petrágli, lado par, Bloco 1, Sala 40, Jardim Doutor Antônio Petrágli, Franca (SP), CEP.: CEP.: 14409-160. E-mail: nancisoares15@gmail.com.

\*\*\*\*\* Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas. Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí. (UFPI, Teresina, Brasil). Campus Petrônio Portela, Centro de Ciências Humanas e Letras, s/ nº, Teresina (PI). E-mail: solangemteixeira@hotmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p320-334

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021. **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo apresentar subsídios à análise dos rebatimentos da crise estrutural do capital e crise pandêmica no cenário brasileiro, centralizando o debate no que se refere ao aprofundamento das expressões da questão social com ênfases nas infâncias, adolescências, juventudes e envelhecimentos. O texto apresenta mediações com dados de realidade na perspectiva de evidenciar os desafios para a produção do conhecimento e trabalho em Serviço Social na articulação do tema geração com questões de gênero e ético-racial, evidenciando a centralidade de classe social. Aponta os desafios para a luta na perspectiva da materialização de direitos para as gerações diante do avanço neoliberal e neoconservador na realidade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE**

Crise do capital; Crise sanitária; Questão social, Gerações.

**ABSTRACTS**

This article aims to present subsidies for the analysis of the repercussions of the structural crisis of capital and the pandemic crisis in the Brazilian scenario, centralizing the debate regarding the deepening of expressions of the social issue with emphasis on childhood, adolescence, youth and aging. The text presents mediations with reality data from the perspective of highlighting the challenges for the production of knowledge and work in Social Work in the articulation of the theme of generation with gender and ethical-racial issues, highlighting the centrality of social class. It points out the challenges for the struggle from the perspective of materializing rights for generations in the face of neoliberal and neoconservative advances in the Brazilian reality.

**KEYWORDS**

Capital crisis; Health crisis; Social issue, Generations.

**INTRODUÇÃO**

A crise estrutural do capital, em seu atual estágio, vem trazendo profundos impactos para a classe trabalhadora, especialmente em países com desenvolvimento capitalista dependente, como é o caso do Brasil. O capitalismo brasileiro se consolidou mantendo as marcas de seu passado colonial, enquanto uma colônia de intensa exploração, reabsorvendo e redefinindo as desigualdades presentes nas relações raciais do passado escravista por meio do advento do trabalho livre e de novas condições sócio-históricas (FERNANDES, 2006). A história do Brasil se constrói, não sem resistência, por meio de um processo com profundos traços de dependência aos países de capitalismo central, por meio da superexploração da força de trabalho da sua população, assim como do racismo estrutural objetivado por anos de economia escravista (MARINI, 2005).

Essa conjuntura tem-se intensificado diante de uma pandemia global de COVID-19, que traz intensos rebatimentos no que se refere ao aprofundamento da histórica desigualdade social brasileira. Os impactos sociais da pandemia global trazem rebatimentos mais intensos para o Brasil, tendo em vista o já frágil sistema de proteção social que tem sido duramente atacado nos últimos anos. Diante dessa conjuntura é que o Serviço Social brasileiro se inscreve na luta da classe trabalhadora, marcado pela necessidade de sustentação ético-político no cotidiano profissional, tendo como vislumbre e orientação à busca pela emancipação humana. É nesse sentido também, de sustentação desse projeto de profissão, que foi construído coletivamente o presente artigo, fruto dos debates e reflexões tecidos no âmbito do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) *Serviço Social, Geração e Classes Sociais*<sup>1</sup>. O trato do tema das gerações mostra-se como

---

<sup>1</sup> Esse GTP nasce no ano de 2016, tendo atualmente como ementa de trabalho: o debate sobre gerações e os determinantes de classes na contemporaneidade. Os processos sociais e políticos que envolvem infância, adolescência, juventude e velhice enquanto construções sociais, históricas e culturais, bem como as expressões da questão social. Indicadores socioeconômicos, proteção social e organização política. As demandas pela ampliação

mote principal do presente debate e busca se distanciar, de concepções calcadas em correntes epistemológicas positivistas e estrutural funcionalistas, que contribuem com o avanço da miséria da razão (COUTINHO, 2010), ou em outras palavras, da decadência ideológica (LUKÁCS, 2020), num movimento que se intensificou por meio de especializações medíocres nas ciências.

Nesse sentido, nega-se a tendência de substituição do debate de classes pelo de categorias etárias, identificando aí uma armadilha<sup>2</sup>, o que acarreta em uma análise etapista da vida humana, adultocêntrica, produtivista, pulverizada e distanciada da totalidade da vida social. Na contemporaneidade o movimento das ciências tem sido permeado por cariz retrógrado, pautados por avanços do ultraneoliberalismo, do neoconservadorismo e do irracionalismo, que se espraiam pelas ciências, pela política, pela cultura, pela filosofia, pelas dimensões da vida, adentram o senso comum e são sustentados no cotidiano. Esse avanço acarreta, entre outros problemas, a ocultação das raízes da questão social ao mesmo tempo que a moraliza, a individualiza, jogando sobre os indivíduos a responsabilização acerca da sua condição de precarização de vida. O Serviço Social precisa, a todo momento, questionar esse lugar e as demandas que lhe são apresentadas, analisando a realidade para além dos fetiches inscritos na ordem do capital, a fim de desenvolver processos interventivos afinados com o seu projeto ético-político.

Portanto é nesse complexo histórico, de disputas e resistências que o presente artigo tem o intuito de contribuir com o debate do Serviço Social brasileiro aliando os fundamentos do método histórico dialético na compreensão das gerações à análise das múltiplas expressões da questão social, no que refere as suas principais expressões para as infâncias, adolescências, juventudes e o envelhecimento, partindo da crítica radical da sociabilidade burguesa. Tal discussão mostra-se de fundamental importância para assistentes sociais que se inserem em espaços de trabalho nas mais variadas instituições e lutam para a garantia de direitos junto às crianças, adolescentes, jovens e idosos no plano do cotidiano.

## **QUESTÃO SOCIAL, INFÂNCIAS E ADOLESCÊNCIAS**

No Brasil, a despeito da vigência do texto constitucional que enuncia que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos de crianças e adolescentes com “absoluta prioridade”, deixando-os salvos de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, ainda assim, temos no Brasil distintas e desiguais infâncias e adolescências. Nessa direção, considerando os estudos relativos à história das crianças e adolescentes que recuperam o “processo civilizatório” empreendido no país, desde a chegada dos colonizadores portugueses é identificada a presença de práticas autoritárias e violentas que repercutem sobre a infância e adolescência de acordo com sua origem, classe, raça/etnia e gênero. Desta forma, as estratégias de dominação marcadas pela exploração do trabalho empreendida contra os povos originários, africanos escravizados e outros trabalhadores vistos com desvalor não pouparam os filhos dessa massa populacional que se constituía ao longo da

---

das políticas sociais e a reconfiguração do espaço urbano. O trabalho de assistentes sociais junto à infância, adolescência, juventude e velhice.

<sup>2</sup> Diversos autores vêm se debruçando acerca da análise das gerações ao longo dos tempos, porém são as produções de Karl Mannheim que ganham destaque em diversos estudos, identificando o presente autor como um importante expoente na análise dos aspectos geracionais. Mannheim incide no equívoco de centralizar as categorias etárias em sua análise, mantendo uma postura de defesa de uma relativa “continuidade” no “rompimento” com o princípio do *laissez-faire* (GROPPO, 2020).

formação social do Brasil, do período colonial ao republicano. Tais registros podem ser encontrados em uma larga bibliografia produzida sobre o tema (DEL PRIORE, 2000; MARCÍLIO, 2002; ARANTES, [2008]; RIZZINI, 2011).

Deste passado histórico que lança luzes para a compreensão dos desafios contemporâneos, é válido recuperar que uma das primeiras classificações para se referir à problemática da infância exposta à barbárie capitalista foi o “abandono de menores”, que emergiu em face do avanço do pauperismo no Brasil (ARANTES, [2008]). Tal aspecto permite identificar a relação estabelecida entre o avanço da pobreza e o racismo estrutural configurando no país visto que não há registro nos documentos oficiais do Império que apontem algum tipo de preocupação relacionada à infância antes de 1870. Meninos e meninas pobres circulando em espaços públicos, percebidos como incômodo social e ameaça à ordem, surgem de forma contundente apenas após a Lei do Ventre Livre de 1871, e posteriormente com a Lei Áurea de 1888. Desse modo, crianças negras e indígenas foram tratadas a partir do desvalor durante o período colonial, como mercadoria a serviço dos colonizadores. Isso explica o descaso com a proteção integral, mesmo após a abolição, pois a reprodução do racismo afeta também as infâncias e produz tratamentos diferenciados a partir do grupo a que pertencem. Ser negra é colocado como sinônimo de delinquência e o adjetivo mais apropriado para definir essa condição é “menor”. A sociedade livre e civilizada que se inaugura com o trabalho livre exige respostas coercitivas que permeiam a assistência à infância e às famílias pretas e pobres.

Na esteira da produção daqueles que foram identificados como parte da “infância (e adolescência) perigosa”, há que se considerar as práticas de cuidados específicos que foram instituídas ao longo da constituição do Estado brasileiro. Estudos sobre as raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil revelam que a assistência direcionada às crianças passou a ser necessária para a imagem de um Brasil moderno (RIZZINI, 2011). Por conseguinte, em razão das desigualdades entre as infâncias e adolescências, as primeiras legislações voltadas especialmente para este segmento populacional foram os Códigos de Menores de 1927 e 1979, reforçando o que ficou conhecido como tradição menorista por nos remeter a abissal distinção de tratamento entre aqueles que têm seus direitos fundamentais assegurados e os que não os têm. Desse modo, as crianças e adolescentes que escapavam ao controle familiar e eram vistas como ameaça à ordem pública passaram a ser segregadas em aparatos institucionais que vieram atender ao binômio assistência-repressão<sup>3</sup>.

Deste longo percurso histórico permeado por violências contra a infância e adolescência exposta a contextos de vulnerabilidade socioeconômica e étnico-racial, ressalta-se que foi no final do século XX, período de efervescência política pela redemocratização do país após anos de Ditadura Civil-Militar, que a forma jurídica relacionada a criança e adolescente apresentou um salto qualitativo. A substituição da Doutrina da Situação Irregular pela Doutrina da Proteção Integral implicou no reconhecimento formal de que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e não mero objeto de controle social do Estado. Diante do ideário neoliberal que se espalhava, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 representou uma

---

<sup>3</sup> Dentre as instituições que participaram da construção de políticas públicas destinadas à infância e adolescência pertencente à classe trabalhadora do Brasil, por meio da implementação de um aparato assistencial e coercitivo, destacam-se as primeiras casas de correção/reformatórios, os grandes orfanatos de outrora, o Serviço de Proteção à Infância Abandonada e Delinquente de 1921, laboratório de Biologia Infantil (para analisar as causas físicas e mentais da criminalidade juvenil e criar técnicas de tratamento da delinquência) em 1936, o Serviço de Assistência aos Menores (SAM) de 1941, a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM) de 1964, dentre outras.

conquista histórica. Entretanto, a despeito dos avanços preconizados em nome da construção de um Sistema de Garantia de Direitos, o movimento do real nos revela certas permanências, visto que não conseguimos superar as brutais desigualdades sociais que impedem a garantia de um cuidado universal voltado para a proteção integral de todas as crianças e adolescentes que vivem no Brasil.

É nesse sentido que interessa apontar aspectos da crise estrutural do capital, sobretudo após a pandemia. No entanto, apesar dos danos provocados pela emergência sanitária global é válido ressaltar que vivemos em tempos de aprofundamento das expressões da questão social muito antes desse acontecimento. No Brasil, alguns desafios foram agravados por medidas governamentais tomadas ao longo da última década, com resultados desastrosos para a classe trabalhadora e as políticas de proteção social. Isto pois, as reformas trabalhistas vêm implicando em retirada de direitos e impondo a precarização do mundo do trabalho. Aumenta-se a massa de trabalhadores sobrando em meio a aceleração dos processos de descarte do trabalho trazidos pela acumulação flexível (HARVEY, 1992; 2014). Esta tendência tem resultado em alternativas desvinculadas de direitos trabalhistas, como identificado no fenômeno da “uberização” do trabalho (ANTUNES, 2018), além de outras formas ainda mais informais e precárias. A classe trabalhadora cada vez mais tem dificuldade de gozar a aposentadoria (renda que costuma ser fundamental para o orçamento de muitas famílias com crianças), além de outros direitos previdenciários. Atentamos para o fato de que tais medidas significam uma perda substancial para a capacidade protetiva das famílias com relação aos seus membros.

Segundo o relatório *Child Labour: Global estimates 2020, trends and the road forward* (OIT; UNICEF, 2021), o mundo tem cerca de 160 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, um aumento de 8,4 milhões nos últimos quatro anos, representando quase 1 em cada 10 de todas as crianças em todo o mundo. O relatório alerta que o progresso global para erradicar o trabalho infantil estagnou pela primeira vez em 20 anos. Com a pandemia, devido aos impactos econômicos e o fechamento das escolas, estima-se que as crianças e adolescentes podem estar vivendo piora na exploração de sua força de trabalho devido a perda de emprego e renda das famílias vulneráveis. Ademais, o relatório adverte que mais 9 milhões de crianças correm o risco de serem levadas ao trabalho infantil até 2022. A maior incidência do trabalho infantil deve ser pensada associada à problemática da exclusão escolar. Estima-se que em 2019 havia no Brasil quase 1.100.00 crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola, sendo 70% deste grupo composto por pretos, pardos e indígenas<sup>4</sup>. Com o agravante de que com a pandemia, as escolas públicas tiveram dificuldades na manutenção do ensino remoto, o que trará consequências graves a médio e longo prazo.

Outro aspecto fundamental diz respeito à insegurança alimentar e nutricional. O Relatório Sofi (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021) destaca os impactos da pandemia no aumento da fome no mundo. O estudo mostra que 30% da população global não teve acesso à alimentação adequada durante todo o ano de 2020 e estima que 10% da população mundial (811 milhões de pessoas) esteve subalimentada em 2020. Deste contingente populacional, mais da metade vive na Ásia (418 milhões), mais de 1/3 vive no continente africano (282 milhões) e 60 milhões se

---

<sup>4</sup> No Brasil, uma das modalidades de trabalho infantil que volta à cena urbana com bastante intensidade, especialmente, nas maiores cidades tem sido o trabalho infantil nas ruas, sendo muito frequente a venda de produtos de pequeno valor. Em pesquisa realizada para a produção de uma amostragem nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, registrou-se que 72% das crianças e adolescentes participantes da pesquisa trabalhavam nas ruas (RIZZINI; VALE, 2021).

concentra na América e no Caribe. A caracterização do mapa da fome no mundo permite relacionar a crise estrutural do capitalismo com o colonialismo e o racismo, visto que o continente africano e os povos africanos em diáspora são os grupos mais duramente atingidos pela fome, e conseqüentemente, por outras formas de expressão da questão social (EURICO, 2020). Destaca-se que o Brasil vem retrocedendo e voltando a ter a fome apontada como um problema estrutural, problema que se agravou a partir de 2018 (REDE PESSAN, 2021).

Face ao exposto, é incontornável a análise das políticas públicas de proteção social, alicerce que vem enfrentando golpes desde o avanço do ideário neoliberal que hoje se radicaliza. Uma forma de ilustrar o retrocesso que estamos enfrentando pode ser observado nas alterações recentes relativas à mortalidade infantil, um dos principais indicadores usados para mensurar o desenvolvimento econômico e social de um país ou região. O Boletim Epidemiológico, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde (MEDEIROS *et al.*, 2021), apresenta a análise da taxa de mortalidade infantil entre os anos de 2017 e 2019, sendo que o resultado indica que o Brasil voltou ao patamar de 2015, fora o fato de que em alguns estados do norte e nordeste a mortalidade infantil está pior que a de 2015. O documento recupera que desde 1990 até 2015 vínhamos com redução de 4 a 5% a cada ano, e também com diminuição crescente das desigualdades regionais; contudo, com a diminuição de recursos para o SUS e o SUAS, temos o retorno do aumento da mortalidade infantil nas famílias de maior vulnerabilidade social.

Ainda sobre mortalidade, não podemos deixar de enfatizar a presença do genocídio de forma mais ampla no cenário atual, visto que se por um lado temos o desinvestimento nas políticas públicas que sustentam a proteção social, por outro lado temos identificado a forte presença do Estado por meio das políticas de ordem e segurança pública. O estudo *Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil*, realizado pelo UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (O ESTUDO..., 2021), aponta que 35 mil crianças e adolescentes foram assassinados em 5 anos no país, de 2016 a 2020. Assim, estima-se que 7 mil crianças e adolescentes são mortas por ano, um volume muito alto se comparado a outros países mais populosos como é o caso dos Estados Unidos, que possui uma média anual de 3 mil mortes. No Brasil, mais de 31 mil tinham entre 15 e 19 anos (90% meninos, 80% negros), e o número de mortos até 4 anos cresceu 27% em 2020, fato que o estudo relaciona com o efeito do isolamento social posto pela pandemia em um momento de aumento de circulação de armas no Brasil.

A ofensiva ultraneoliberal é aliada ao pensamento conservador que recorre ao senso comum punitivista como estratégia para a solução da conflitividade social. Dessa forma, persiste no imaginário a ideia de um certo perfil de crianças e adolescentes considerados perigoso, para os quais a Proteção Integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente se reduz às medidas de proteção e socioeducativa, resultando no aprisionamento de uma adolescência socialmente determinada. Assim, a crise do capital no Brasil vem produzindo uma violência institucional atravessada por políticas que promovem a morte, pelo encarceramento em massa e pelo desinvestimento em políticas públicas que deveriam ser capazes de mitigar problemas relacionados à desigualdade social brasileira.

## **REBATIMENTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL PARA AS JUVENTUDES**

A crise estrutural do capital vem trazendo inúmeras refrações para as juventudes brasileiras, aprofundando violações de direitos históricas para esse segmento social, que há pouco tempo vêm sendo reconhecido como sujeito com direitos visíveis nas legislações brasileiras. Apesar do

reconhecimento legal como pessoas que necessitam de atenção específica, garantidos desde 2013 por meio do Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852), ainda se percebe um grande desconhecimento por parte dos direitos das juventudes, tanto por profissionais que atuam com esse segmento social como, também, pelas próprias juventudes.

Importante considerar que as juventudes se constituem, assim como as demais gerações, como expressão da diversidade humana que encontra na própria relação social, pactuada e construída por dada sociedade, as formas e possibilidades de convivência e de crescimento humano, que as viabilizam ou as reprimem (CALIARI, 2021). Ressalta-se que, embora as juventudes se constituam em uma construção social, sendo que as determinações que envolvem o seu conceito podem variar conforme o tempo histórico, cultura, local, dentre outros; fato que pode ser observado na própria definição da faixa de idade que compõe esse segmento etário, especialmente na perspectiva de pensar em padrões de proteção social juvenil (SCHERER, 2020). Nesse sentido, a lei Nº 12.852 que institui o Estatuto da Juventude, define jovem, na sociedade brasileira, como toda a pessoa 15 até 29 anos.

A definição etária, importante no sentido da organização da proteção social direcionada a dado segmento populacional (tendo em vista a própria focalização que as políticas sociais assumem na sociedade capitalista de classe), é uma forma de delimitar expressões e complexos que interagem na configuração do humano. Portanto as juventudes se interrelacionam na dimensão do tempo e da idade, com tantos outros complexos categoriais que as conformam, como as questões étnico-raciais, de gênero, de deficiência, de sexualidade, de religião, de nascimento, fazendo com que haja certa disputa entre causalidades e teleologia ou seja, aquilo que é dado naturalmente, não pensado, e a construção humana por atos previamente idealizados, permeado pela preponderante luta de classes, que assume centralidade nas relações humano-sociais capitalistas (CALIARI, 2021).

Pensando as especificidades que envolvem as juventudes, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem há mais de uma década alertando para as altas taxas de desemprego juvenil em um contexto global, com a utilização de adjetivos como “*geração em perigo*” ou “*geração perdida*”, atribuídos para as juventudes em diversos relatórios acerca da dificuldade e inserção laboral juvenil em uma escala global, em uma perspectiva individualizante. Observa-se uma tendência, no âmbito dessas produções, de dar visibilidade para as dificuldades de inserção laboral juvenil sem demonstrar, de forma nítida, as raízes geradoras de todo o processo de precarização no mundo do trabalho, inscritas na órbita do capital em um contexto de crise estrutural. A destruição de postos de trabalho, enquanto um dos aspectos centrais de tal crise é ainda mais aprofundado em uma conjuntura de crise sanitária, segundo dados da OIT em todo mundo 1 em cada 6 jovens deixou de trabalhar desde o início da pandemia, somando globalmente, 67,9 milhões de jovens desempregados (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2021).

Evidentemente, as juventudes moradoras de países de desenvolvimento capitalista tardio e periférico, que se consolidam por meio de uma superexploração da força, vivenciam com maior intensidade a dinâmica da precarização laboral. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), afirmam que a juventude corresponde a 28% da população acima de 15 anos no Brasil, porém apesar de corresponderem a menos de um terço da força de trabalho, os jovens representavam mais da metade da população desocupadas - 54%. (SILVIA; VAZ, 2020). A dificuldade de inserção no mercado de trabalho é potencializada pela dificuldade de

permanência nos processos de escolarização, ou pelo acesso precário ao sistema de ensino, agravada durante a pandemia.

O racismo estrutural, enquanto um componente constituinte do capitalismo brasileiro é nítido em diversos dados sobre a condição de vida da juventude brasileira, com destaque para os índices de empregabilidade, sendo que a taxa de desemprego fica abaixo da média nacional quando analisadas inserção laboral de pessoas brancas, mas acima, com cerca de 7,4%, para pessoas pretas, segundo dados da PNAD Contínua de 2020.

O desemprego se constitui em uma das muitas expressões da condição laboral das juventudes, sendo que a precarização das condições de trabalho e de vida são marcas para grande parte da juventude da classe trabalhadora, o que acarreta no aprofundamento as diversas situações de vulnerabilidade que esse segmento vivencia, diante da atual crise estrutural do capital, agravada pela crise sanitária. A pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (CONJUVE) refere que até junho de 2020, 33% dos jovens indicaram ter diminuído a sua renda pessoal na pandemia. Deste grupo, 37% dos jovens brancos declararam ter perdido total ou parcialmente a renda; entre pardos, 44%; entre negros, 45% (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2020). Nesse contexto, em meio a condições precárias de realização de projetos de vida que as juventudes vêm se constituindo na realidade brasileira, enfrentamento inúmeros desafios diante de tempos de avanço neoliberal e aprofundamento do pensamento neoconservador, que acarreta no fomento a perspectivas criminalizadoras para esse segmento social.

Diante desse contexto, quase tudo que os jovens pobres questionam e produzem, assim como praticamente todas as formas de reação são interpretadas socialmente como violência, já que este é um dos recursos acionados pelos múltiplos poderes da ordem burguesa que associa a juventude pobre a transgressores, pertencentes a classes perigosas (SALES, 2007). Evidentemente essa lógica criminalizadora é potencializada por meio do racismo estrutural e se manifesta de múltiplas formas, fomentando discursos que as juventudes pobres, negras e periféricas necessitam ser controladas, vigiadas e punidas pelas mãos de ferro do Estado Penal. Nesse contexto, vivencia-se na realidade brasileira um intenso processo de seletividade penal, que acarreta a criminalização da pobreza, justificando, em grande parte das vezes, o uso da força policial indiscriminada na caça dos chamados “sujeitos perigosos”, sendo que os múltiplos poderes burgueses constroem socialmente a ideia do inimigo com vistas a ofuscar a raiz das desigualdades sociais (SCHERER, 2018).

Esses processos tornam-se evidentes no discurso da *guerra às drogas*, sendo que o Estado adotou essa lógica como paradigma de intervenção, resultando em confrontos bélicos e aumento significativo do número de mortes, seja de pessoas envolvidas com o tráfico, policiais, ou ainda de moradores das comunidades, que passaram a sofrer diretamente os efeitos deste confronto (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2008). Nesse sentido, o tráfico de drogas varejista se constitui como uma inserção laboral informal, ilegal, precária e violenta que vem absorvendo parte da força de trabalho juvenil em um contexto de crise estrutural do capital, de poucos e precarizados postos de trabalho.

O resultado desse processo se manifesta de múltiplas formas como no encarceramento em massa de jovens, pobres e negros na realidade brasileira, sendo que no país 26.109 adolescentes estavam privados de liberdade em 2017, segundo o Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo (2019), contando os regimes de internação, internação provisória, internação



sanção, semiliberdade e medida protetiva. No que se refere ao sistema carcerário para pessoas adultas, os jovens até 29 anos representam 54% da população carcerária brasileira (BRASIL, 2017).

Além do processo de seletividade penal que recai sobre as juventudes pobres e negras, observa-se um intenso processo de seletividade homicida para esse segmento social. A juventude brasileira representa 53,3% do total de homicídios no Brasil, sendo que a faixa etária dos 18 e 24 anos, estão contidas 44,8% das vítimas de mortes violentas intencionais, a maior concentração em um único grupo etário, entre todos os tipos analisados, segundo dados do Anuário de Segurança Pública de 2021. No que se referem à questão racial, os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8; comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos (CERQUEIRA, 2020). Nesse sentido, na realidade brasileira o racismo estrutural é um dos pilares centrais do juvenicídio<sup>5</sup>.

Diante desse contexto, se torna um grande desafio a materialização de políticas públicas para esse segmento social que possam constituir padrões de proteção social para as juventudes brasileiras. Apesar dos avanços nas últimas décadas com o reconhecimento legal das juventudes como sujeitos de direitos com a aprovação da Política Nacional de Juventude em 2005 e a aprovação do Estatuto da Juventude, observa-se poucas, precárias e pontuais políticas públicas para as juventudes, com frágeis impactos na vida concreta desse segmento populacional. Conforme aponta Scherer (2017) há uma tendência nas políticas públicas para as juventudes de concentrações de ações para “qualificação profissional” juvenil, revelando um discurso fetichizado presente nas políticas públicas: ao reduzir a perspectiva da garantia de direitos à qualificação do jovem para o mundo do trabalho, fomenta um perverso ideário de que o contexto de violação de direitos juvenis pode ser enfrentado pela qualificação profissional da juventude pobre. As poucas e frágeis políticas públicas voltadas para as juventudes de 18 até 29 anos reduz a proteção social, que deveria ser ampla e intersetorial, a precárias qualificações para inserção em um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e de difícil inserção.

Nesse contexto, cabem aos assistentes sociais somarem à luta pela materialização da proteção social juvenil, buscando fazer enfrentamento às diversas refrações da questão social que são percebidas no cotidiano dos mais variados espaços de inserção profissional. Para isso, mostra-se fundamental o reconhecimento da juventude como sujeitos de direitos, bem como, a construção de estratégias de ações “de/para/com” as juventudes nos processos de luta pela materialização de direitos, em tempos de avanço neoconservador, neoliberal e irracionalista.

## QUESTÃO SOCIAL E ENVELHECIMENTOS

O envelhecimento e velhice humanas são fenômenos biopsicossocial e cultural que lhes confere a dimensão de construções histórico-sociais, sob bases biológicas e psicológicas, logo, não são fenômenos estritamente biológicos e naturais e são condicionados pelas relações sociais de uma época, logo, das relações de produção e reprodução social. A longevidade em massa, como destaca Capunha (2014) não é um fenômeno biológico, mas social, decorre das conquistas sociais materializados pelo “Estado Social”. A classe dominante sempre foi longeva e um abismo separa

<sup>5</sup> O termo *juvenicídio* é cunhado pelo pesquisador mexicano José Manuel Valenzuela (2015) para designar o fenômeno da mortalidade juvenil por meio dos homicídios. Tal termo ilustra a condição de mortalidade juvenil, provocada pela dinâmica societária contemporânea que desestabiliza vidas de jovens em todo globo, especialmente em países de desenvolvimento capitalista tardio e periférico (SCHERER, 2018).

as formas de envelhecer da classe dominante do envelhecer da classe trabalhadora, mas, as políticas públicas de cariz social permitiram que os avanços da tecnologia de saúde, bens e serviços fossem socializados e chegassem à classe trabalhadora, ainda que esse envelhecimento seja marcado por desigualdades sociais de classe, gênero, raça /etnia com força de relações de produção ou relações sociais estruturantes e estruturadoras. Assim, água tratada, canalizada, saneamento básico, acesso à saúde gratuita, medicamentos, vacinas, renda, moradia, assistência social, dentre outras possibilitaram a longevidade em massa no mundo ocidental.

As políticas de seguridade social, dentre elas a de previdência social, emerge de um movimento de lutas de classes e de estudos sobre os riscos sociais, em especial, na velhice, compreendendo-a hegemonicamente pelos modelos biomédicos de que o envelhecimento é sinônimo de viver muito, de declínio orgânico, fisiológico e biológico, decadência que impede a continuidade do trabalho devendo as pessoas idosas ser protegidos pela sociedade e Estado, via políticas públicas. Embora esta perspectiva teórica tenha contribuído para dar visibilidade ao envelhecimento, para sua inserção na cena pública, ela mascarou ao generalizar que o envelhecimento era um problema social pelo aumento do número de idosos/as, de suas demandas e necessidades sociais, pelo declínio físico, restrições nos papéis sociais, isolamento e solidão, dentre outros.

Todavia, conforme destaca Teixeira (2009) é para a classe trabalhadora, sem bens, propriedades, saúde e com famílias com poucos recursos que o envelhecimento e, mais especificamente, esta etapa final da vida que é a velhice, é uma tragédia, por se perpassadas por múltiplas expressões da questão social, como a pobreza, abandono, solidão e isolamento, discriminações, desvalorizações. Esta velhice trágica (HADDAD, 2017) atinge mais diretamente os trabalhadores que em sua trajetória de vida foram marcados pela vivência nos bolsões de pobreza, compondo parte dos excedentes de força de trabalho, que viveram e vivem na informalidade, no desemprego, com uma vida marcada pelas incertezas, desproteção social, jornadas ampliadas de trabalho, baixos rendimentos.

O trabalho abstrato explorador sempre promoveu envelhecimentos precoces, adoecimentos, exaustão, mutilações, assédios postos pelas metas excessivas de produtividade, salários rebaixados que impedem o restabelecimento psicofísico gasto no processo produtivo, embora tenha gerado trabalho com proteção social que favoreceu e minimizou esses efeitos, especialmente, nos países centrais, via acesso às políticas sociais.

Entretanto, sempre foi para a classe trabalhadora que envelhecer significa perder valor de uso e de troca para o capital, desvalorização social ou pseudovalorizações do mercado de consumo. O *ageismo* ou *idadismo* como expressão de discriminações, estigmas e preconceitos pela idade sempre atravessou a forma de envelhecer da classe trabalhadora e seus velhos e velhas são considerados párias, estorvos, custos para os cofres públicos.

O grande capital financeiro e industrial reestruturado, vem ampliando suas taxas de lucros mediante: i) apropriação do fundo de reprodução do trabalhador; ii) apropriação do fundo público gerido pelo Estado. No primeiro caso, ao instituir formas de superexploração, intensiva e extensivamente e sobre o rebaixamento do salário ou renda do trabalhador, o capital instaura no coração do welfare state (ANTUNES, 2018). Trata-se de um modelo de acumulação que Harvey (2014) denominou, ao estudar as novas formas do imperialismo, de acumulação por espoliação, expropriações, subtração de direitos sociais e trabalhistas, pela via da apropriação

dos bens coletivos, bens públicos, como a água, eletricidade, terras indígenas, florestas nativas e as políticas sociais, precarizando e privatizando por um lado, e de outro lado, mercantilizando e valorizando especulativamente e de forma fictícia para ser espaço de reprodução ampliada do capital, ao criar serviços para serem comprados no mercado. Isso nos leva a questionar sobre o futuro da classe trabalhadora, de como vão envelhecer e em que condições em tempos de precarização das relações de trabalho e direitos trabalhistas flexibilizados. Ao mesmo tempo sobre as atuais situações de quem já está na velhice e vê seus direitos serem desmantelados. O que isso nos diz sobre a década do envelhecimento saudável (2020-2030) definido pela OMS num contexto de contrarreformas que implode as conquistas sociais e responsabiliza os sujeitos pela gestão dos riscos sociais do nascer à velhice.

As saídas das crises com regulação social neoliberal acentuam as desigualdades sociais, as naturalizam, criminalizam os que sofrem com estas desigualdades, discriminam, exterminam pela cor da pele, sexualidade, gênero, idade, etnicidade e outras. Essas mazelas sociais agudizadas se tornam mais visíveis em contexto de crise pandêmica por covid-19.

Assim, o adoecimento e a mortalidade por covid-19, também são determinados socialmente, pelas condições de existência e pela idade. Segundo os dados do SUS analisados pelo Poder360 (2021), no país até novembro de 2020, 79% das mortes ocorria entre pessoas idosas. Em maio de 2021 este percentual chegou a 57%, devido a vacinação das pessoas idosas.

O que não é visível é que a mortalidade e o adoecimento não atingem a todos os idosos/as da mesma forma, independente das suas condições de vida, trabalho e saúde. Segundo dados da Nota Técnica n. 11 de 27/05/2020 (BATISTA *et al.*, 2020) em todas as faixas de 60 a 90 anos a incidência da mortalidade foi maior entre pardos e pretos, entre homens do que mulheres e com certeza de baixa renda, pois entre estes não havia condições de moradia que garantisse isolamento, distanciamento social, acesso a água, sabão, álcool, máscaras, às informações qualificadas e científicas, muitos com comorbidades não tratadas, dentre outras. Os idosos/as de favelas, pequenos municípios, indígenas, ribeirinhos, remanescentes de quilombolas foram os mais afetados e com maiores índices de letalidade.

A produção do conhecimento por via de um método crítico, histórico-dialético, de origem na tradição marxista ou marxiano, é o único capaz de oferecer uma análise na perspectiva da totalidade social, sendo também um fenômeno de resistência ao desvendar a realidade para além da sua aparência fenomênica, destruindo sua pseudoconcreticidade ao desvendar e ressaltar as relações entre singular e geral mediado pelas particularidades. Estas mediações são múltiplas e complexas, são ontológicas e partes do real e mais ricas do que nossa capacidade de as apreender, que é sempre por aproximações sucessivas. Isso porque a realidade social é dinâmica, mutável, histórica, daí porque a ortodoxia deve ser do método, uma vez que a teoria capta um momento histórico determinado.

O conhecimento do envelhecimento e velhice na perspectiva da totalidade social visa fortalecer a gerontologia social crítica e servir de referência não apenas para o trabalho profissional e para a formação em Serviço Social, mas vai adiante disputando hegemonia no campo da ciência do envelhecimento, que é a gerontologia social, confrontando-se com a gerontologia social tradicional de origem positivista ou a gerontologia social moderna (individualista e subjetivista), logo, colocando-se como uma alternativa coerente com o desvendamento do real imediato, com as lutas por um envelhecimento com dignidade.

## À GUIA DE CONCLUSÃO: O TEMA GERAÇÃO E OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL.

A partir das considerações sobre a crise estrutural do capital e a crise sanitária posta pela pandemia, é nítido os diversos rebatimento para as infâncias, adolescências, juventudes e envelhecimentos. Esse contexto é colocado diversos desafios para assistentes sociais que atuam em seus espaços sócio-ocupacionais com infâncias, adolescências, juventudes e pessoas idosas, lutando pela garantia de direitos de todos e em todos os momentos da vida humana. Reconhecer os tensionamentos e possibilidades postas no cotidiano, buscando atuar junto com esses segmentos sociais na ampliação de perspectiva vinculadas a proteção social, tornam-se um grande desafio e exige de todos os profissionais ferramentas éticas e políticas em uma direção emancipatória. Nesse sentido, a formação em Serviço Social constitui espaço privilegiado na perspectiva de subsidiar uma atuação profissional afinada com o Projeto Ético-Político da profissão. O debate crítico do tema das gerações deve estar presente no âmbito da formação em Serviço Social, oferecendo subsídios para a compreensão postas ao trabalho profissional junto com a diversidade do tema das gerações. Portanto, é a partir do método materialista, histórico e dialético, da crítica radical da sociabilidade burguesa, da crítica ontológica do ser social, como fundamentos e possibilidades de aproximação à totalidade dos complexos que configuram o ser, que é dada sustentação a relação dialética entre a genericidade humana e as singularidades próprias da diversidade humana, e entre elas as gerações.

Ressalta-se que todas as estruturas etárias são construções sociais de base ontológica, fruto das transformações societárias, especialmente impulsionadas pelas alterações no desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história (SCHERER, 2020). Nesse sentido, mostra-se necessário compreender geração por meio da ontologia do ser social, como refere Caliari (2021), considerando como uma categoria histórica ontologicamente fundada sofre influências de categorias como o próprio trabalho e a linguagem, e da teleologia na práxis. Compreende-se, assim, as gerações como construções sociais históricas, atravessadas por múltiplas determinações e mediações em uma sociedade sob a égide do capital. Assim, a centralidade da classe social, se constitui em uma mediação fundamental na análise das gerações, na perspectiva de compreendem a totalidade da vida social e as múltiplas expressões da questão social que se particularizam na vida concreta de crianças, adolescentes, jovens e idosos na realidade contemporânea.

O debate da categoria geração na perspectiva da centralidade da luta de classes, precisa levar em conta uma ampla cadeia de mediações no que diz respeito à diversidade humana, às relações de gênero, étnico-racial, orientação e identidade sexual; bem como outros elementos que dizem respeito à heterogeneidade do ser social. Mostra-se fundamental a compreensão do real por meio de suas múltiplas mediações entre o particular, o singular e universal na práxis da totalidade da vida social. Assim, espera-se que esse artigo possa fomentar reflexões teórico-práticas fundamentais para a temática apresentada, contribuindo para a produção e circulação do conhecimento no que tange à categoria geração a partir de uma perspectiva crítica e engajada na transformação da realidade social.

### Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARANTES, Esther Maria de Magalhaes. **A reforma das prisões, a Lei do Ventre Livre e a emergência no Brasil da categoria “menor abandonado”**. [S.l.], [2008]. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/12/A\\_reforma\\_das\\_prisxes.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/12/A_reforma_das_prisxes.pdf). Acesso em: 28 dez. 2021.

BATISTA, A. *et al.* **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil**. (Nota Técnica, n. 11). Rio de Janeiro: Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), 27 maio 2020. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2020/05/NT11-An%C3%A1lise-descritiva-dos-casos-de-COVID-19.pdf>. Acesso em: out. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN**. Brasília (DF), jun. 2017. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

CALIARI, Hingridy Fassarella. **Uma crítica aos Estudos das juventudes a partir de Georg Lukács**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2021.

CAPUCHA, Luiz. Envelhecimento e políticas sociais em tempos de crise. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 74, p. 113-131, fev. 2014. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/article/view/3203/2596>. Acesso em: 28.dez.2021.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). **Atlas da violência 2020**. Brasília (DF): Ipea; FBSP, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (Brasil). **Juventudes e a Pandemia do Corona Vírus**. 2. ed. Relatório Nacional. Brasília (DF), 2021. Disponível em [https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2\\_Relatorio\\_Nacional\\_20210702.pdf](https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf). Acesso em: 25 out. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo na infância**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> Acesso em: 23 de out. 2021.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2017.

LUKÁCS, Georg. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARCILIO, Maria Luiza. A FEBEM de São Paulo: passado e presente. In: **VIOLÊNCIA e Criança**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Tradução de Marcelo Dias Carcanholo. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MEDEIROS, Arnaldo Correia de et al. (Eds.). Mortalidade infantil no Brasil. **Boletim Epidemiológico**, Brasília (DF): Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, v. 52, n. 37, out. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/outubro/18/boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_37\\_v2.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/outubro/18/boletim_epidemiologico_svs_37_v2.pdf). Acesso em: 20 out.2021.

O ESTUDO Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, out. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf> Acesso em: 23 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório SOFI. **O Estado de Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo**. New York: ONU, jul.2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>. Acesso em: 25 out.2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **COVID-19 and the world of work**. Seventh edition. Genebra: OIT, 2021. Disponível em [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_767028.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf) Acesso em: 25 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFANCIA. *Child Labour: Global estimates 2020, trends and the road forward*, 2021. Disponível em [https://www.ilo.org/ipecc/informationresources/WCMS\\_797515/lang-en/index.htm](https://www.ilo.org/ipecc/informationresources/WCMS_797515/lang-en/index.htm) Acesso em: 3 nov. 2021.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. abr.2021. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 23 out. 2021.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**. Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; VALE, Juliana Batistuta. Crianças e adolescentes em situação de rua: uma das faces da pobreza no Brasil. In: GARCIA, Ana Lucia da Silva; MACIEL, Heloisa Helena Mesquita; ALCHORNE, Sindely (org.). E-book. **Reflexões dialogadas sobre práticas profissionais em**

**contextos de pandemia e de lutas por direitos humanos.** [recurso eletrônico - O Social em Debate 4] / Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. p. 182-197.

SALES, Apolinário Mione. **(In)visibilidade perversa:** adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHERER, Giovane Antonio. Notas sobre juventude, classe social e política. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 22-31, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/30126>. Acesso: 23 set. 2021.

SCHERER, Giovane Antonio. Territórios Violentados e Vidas Descartáveis: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 18, n. 2, p. 51-265, 2018. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10904/209209210378>. Acesso em: 20 out. 2021.

SCHERER, Giovane Antonio. **Juventudes, (In)segurança e Políticas Públicas:** a proteção social no Brasil. Curitiba/PR. Ed. Juruá, 2017.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; VAZ, Fábio Monteiro. Os Jovens que não Trabalham e não Estudam no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. In: MERCADO de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. Brasília (DF), 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/201230\\_bmt\\_70.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/201230_bmt_70.pdf). Acesso em: 21 out. 2021.

SILVA, Jailson S; FERNADES, Fernando L; BRAGA, Raquel. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime. In: JUSTIÇA GLOBAL (Orgs.). **Justiça global:** segurança, milícias e tráfico no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13/15>. Acesso em: 28 set. 2021.

VALENZUELA, J. M. (org). **Juvenicidio:** Ayotzinapa y las Vidas Precarias em América Latina y España. Barcelona: NED Ediciones, 2015.